

A QUESTÃO DOS UNIVERSAIS DA LINGUAGEM NA LINGÜÍSTICA CONTEMPORÂNEA

THIAGO GIL LESSA ALVES, MARIA JANAINA FIGUEIREDO DE MOURA

RESUMO Este artigo tem por objetivo central mostrar o ponto de vista sobre os universais linguísticos como um pressuposto fundamental que caracteriza e diferencia os dois pólos do pensamento linguístico contemporâneo: Formalismo e Funcionalismo. O trabalho é de natureza bibliográfica. Contrasta, a partir de obras diversas, as maneiras de explicar os universais das duas perspectivas acima, relacionando-os à variação e à mudança linguísticas. Enfatiza, no enfoque formalista, representado pela teoria gerativista, a visão dos universais linguísticos como uma propriedade biológica da espécie, associada a uma perspectiva mentalista de linguagem e à explicação da variação e da mudança linguística baseada na noção de parâmetro, princípio flexível que comporia a gramática universal. Ressalta, no enfoque funcionalista, a visão dos universais linguísticos como derivados da universalidade das funções da linguagem nas sociedades humanas. Essa visão está associada a uma concepção de linguagem como um fenômeno social e à explicação da variação baseada na noção funcionalista de tipologia gramatical. Destaca ainda a importância da noção de gramaticalização para a perspectiva funcionalista de mudança linguística. Conclui que a forma de tratamento dos universais e a própria importância que se dá a eles no quadro teórico colocam formalismo e funcionalismo como perspectivas opostas e não complementares, como muitas vezes se defende.

ABSTRACT This article has as main objective to show the point of view about the language universals as a fundamental assumption that characterize and differentiate the two poles of contemporary linguistics thinking: Formalism and Functionalism. The work is bibliographical. Contrasts, from several works, ways to explain the universals of the two perspectives above, relating the universals to variation and to linguistics change. It emphasizes, in the formalist approach, represented by generative theory, a view of language universals as a biological feature of human specimen, associated to a mentalist perspective of language and to a variation and change explanation based on the notion of parameter, open principle that compose the universal grammar. It emphasizes, in the functionalist approach, a view of language universals as derived from universality of the language functions in human societies. This view is associated to a perspective of language as a social phenomenon and to a variation explanation based on the functionalist notion of grammatical typology. It emphasizes too the importance of the notion of grammaticalization to the functionalist perspective of linguistic change. It concludes that its treatment of the universal and the very importance given to them in the theoretical framework put formalism and functionalism as opposed rather than complementary perspectives, as is often defends.

INTRODUÇÃO A polêmica da oposição entre Formalismo e Funcionalismo já desencadeou debates calorosos. Votre & Naro (1989) defendem o paradigma funcionalista, opondo-o ao formalista. Os autores consideram que os dois enfoques são não só diferentes, mas abordagens alternativas para a investigação da linguagem, e argumentam pela primazia do modelo funcionalista sobre o formalista. Nascimento (1990) se contrapõe ao posicionamento dos dois autores, argumentando que Formalismo e Funcionalismo não podem ser colocados como opostos e excludentes, pois não tratam do mesmo objeto de estudo. Para este autor, há de se distinguir entre uma teoria do conhecimento linguístico e uma teoria do processamento linguístico: o enfoque formalista visa à teoria do conhecimento linguístico, e o funcionalista, à do processamento linguístico. Dillinger (1991), em tom conciliador, é do parecer de que, embora as duas abordagens tratem do mesmo objeto, elegem diferentes fenômenos dele, de diferentes pontos de vista, de forma que elas não são excludentes e nenhuma pode ser considerada mais importante que a outra. Seriam abordagens complementares. Oliveira (2004) tem opinião semelhante, defendendo haver espaço para um trabalho conjunto entre formalistas e funcionalistas. A autora (OLIVEIRA, 2004, p. 225) considera que “se esmiuçarmos este impasse [entre formalista e funcionalistas] vemos que ele se sintetiza no desacordo sobre a autonomia da sintaxe”: os formalistas (gerativistas) veem a sintaxe como um sistema autônomo e os funcionalistas, como resultado do uso e das funções da língua na comunicação. Mais à frente, a autora nota haver evidências que apontam para uma autonomia da sintaxe e “nessa perspectiva, seria possível a um funcionalista ser formalista, porque ele pode assumir que há uma autonomia da sintaxe sem se comprometer com a questão da origem da autonomia” (OLIVEIRA, 2004, p. 248). Embora uma perspectiva conciliadora pareça ser a melhor saída nessa polêmica, já que o terreno da linguagem é sim bastante amplo para que se

identifiquem diferentes fenômenos e para acomodar diferentes pontos de vista, parece-nos simplificador reduzir as diferenças entre formalistas e funcionalistas a um desacordo sobre a autonomia da sintaxe. Há determinadas questões comuns sobre as quais formalistas e funcionalistas adotam posicionamentos que se distanciam. E a autonomia ou não da sintaxe está relacionada a outras questões mais profundas que estão no cerne de cada um dos enfoques, como a visão mais ampla de linguagem e de sua aquisição. De uma forma ou de outra, para desenvolver uma pesquisa, um linguista acaba elegendo um fenômeno e um ponto de vista, e dessa maneira, mais que um rótulo, assume um posicionamento face às diversas correntes que podem fornecer os alicerces teóricos para a sua investigação. E, uma vez assumindo uma perspectiva teórica, assume toda uma gama de pressupostos com os quais tem de se manter coerente nas várias fases de sua investigação, sob pena de estabelecer seu estudo sobre bases movediças, de forma que não resistirá a qualquer apreciação crítica que vá além do superficial. Um dos pressupostos fundamentais em uma teoria linguística é a forma como considera os universais linguísticos, ou seja, como explica o fato de haver características que parecem ser comuns a todas as línguas humanas, apesar da imensa diversidade. Essa é uma das questões comuns sobre as quais versam tanto formalistas como funcionalistas. Neste artigo, pretendemos nos debruçar sobre como os universais linguísticos são abordados por essas duas correntes gerais em que se cinde o pensamento linguístico contemporâneo. Através do paralelo que estabeleceremos, intentamos fornecer, num só texto, subsídios teóricos capazes de propiciar uma visão geral de como essas correntes linguísticas abordam essa questão teórica fundamental, e chamar atenção para o fato de que, ao decidir estudar um fenômeno sob um determinado ponto de vista, assume-se um conjunto de pressupostos com os quais se deve manter coerência e que podem apontar para um rumo muito diferente do que apontaria outro conjunto de pressupostos. Segundo Weedwood (2002), a partir do século XVI, os estudiosos da linguagem têm alternado, em intervalos de mais ou menos 150 anos, seu interesse em estudar o particular ou o universal das línguas. Dos primórdios da linguística científica até aproximadamente meados do século XX, em que prevaleceram os pressupostos estruturalistas nos termos saussurianos, o interesse pelo particular reinou quase absoluto. Somente com o surgimento do gerativismo, na década de 1950, o universal volta a se fazer mais presente na agenda dos estudos linguísticos. Com efeito, a explicação da Gramática Universal, constitui “o objectivo central do empreendimento generativista” (RAPOSO, 1992, p.47). Embora os universais linguísticos não possam ser considerados o objeto central da pesquisa funcionalista, também nesse paradigma constituem uma importante pauta de investigação. Halliday (2004) apresenta como um dos pontos de diferença entre as gramáticas formais e funcionais a tendência das primeiras a enfatizar os traços universais das línguas enquanto que a tendências das segundas é se concentrar na variação entre elas. Entretanto, mesmo enfatizando as variações entre línguas, o que é próprio das gramáticas funcionais, uma teoria linguística não pode passar ao largo do que há em comum entre elas: precisa oferecer uma explicação capaz de abarcar, ao mesmo tempo, o particular e o universal nas línguas, exatamente para o que aponta o princípio da adequação tipológica, proposto por Dik (1989), a que voltaremos adiante. E a questão dos universais se relaciona intimamente com a noção de linguagem que serve de pano de fundo para uma teoria, bem como com a maneira de explicar a variação e a mudança linguísticas. O trabalho será estruturado nas seguintes seções: em uma primeira, apresentaremos os procedimentos metodológicos da pesquisa. A seguir, apresentaremos a perspectiva formalista dos universais e a visão de língua, de variação e mudança a ela associadas; na seção posterior, faremos o mesmo relativamente ao paradigma funcionalista. Por último, teceremos, em nossas considerações finais, uma síntese do que foi apresentado, argumentando no sentido de colocar a perspectiva de abordagem dos universais como um ponto de distanciamento entre formalistas e funcionalistas. METODOLOGIA A pesquisa aqui apresentada é de caráter bibliográfico. Contrasta, a partir de obras diversas, as maneiras de explicar os universais das perspectivas formalista e funcionalista, relacionando-os à variação e à mudança linguísticas. O desenvolvimento da pesquisa foi assim conduzido: a) observação, na literatura gerativista, a exemplo de Raposo (1992), de como o paradigma formalista (representado aqui pelo gerativismo) explica os universais linguísticos, da visão de linguagem que está na base dessa explicação, e de como a variação e a mudança linguísticas estão nela abrigadas; b) observação, em obras funcionalistas, a exemplo de Givón (2001), da forma como o paradigma funcionalista trata dos universais linguísticos, da visão de linguagem que fundamenta esse tratamento, e de como a variação e a mudança linguísticas estão nele inclusas; c) comparação das perspectivas teóricas observadas para concluir se formalismo e funcionalismo poderiam ser tomados realmente como complementares ou não. RESULTADOS E DISCUSSÃO Os universais linguísticos na perspectiva formalista As bases biológicas da Gramática Universal Como comentamos acima, com o surgimento do gerativismo, em oposição à linguística estrutural, na década de 1950, a questão dos universais linguísticos volta a ocupar importante espaço na investigação linguística. Chomsky (1980, p. 15) define gramática como “um mecanismo que gera todas as seqüências gramaticais de L (língua) e nenhuma das seqüências agramaticais”. Tal mecanismo é entendido pelos

gerativistas como um “sistema computacional existente na mente de qualquer falante adulto de uma dada língua” (RAPOSO, 1992, p. 15). A pilastra de sustentação da teoria gerativista é a consideração da existência de um conjunto de princípios e estruturas mentais, de cunho estritamente linguístico, que rege o desenvolvimento da linguagem em um indivíduo. Tais estruturas mentais seriam geneticamente determinadas, estariam presentes exclusivamente nos seres humanos, como constitutivas da organização biológica da espécie. Chomsky (1997, p. 51) chama esse conjunto de princípios linguísticos mentais de Mecanismo de Aquisição da Linguagem, o estado inicial da gramática: Assumimos ainda que o órgão da linguagem é como outros órgãos no sentido de que seu caráter fundamental é uma expressão dos gens. De que maneira se dá isto é uma pergunta que permanece sendo um projeto de investigação a longo prazo, porém, por outros meios, podemos investigar o “estado inicial” geneticamente determinado. Evidentemente, cada língua é o resultado da interação de dois fatores: o estado inicial e o curso da experiência. Podemos conceber o estado inicial como um “mecanismo de aquisição de linguagem” que recebe como dados de entrada (input) a experiência, e fornece como saída (output) a língua – saída esta que constitui um objeto internamente representado na mente/cérebro. Os gerativistas, de uma forma geral, em seus trabalhos, nomeiam esse mecanismo de Gramática Universal: Ao estado inicial desse sistema (gramática) no bebê recém-nascido, chamamos <> (UG). O empreendimento generativo tem como objeto central por um lado a caracterização das gramáticas particulares dos indivíduos (correspondendo às várias línguas ou grupos de línguas humanas), e, por outro, a caracterização da Gramática Universal, entendida como um conjunto de propriedades inatas, biologicamente determinadas, de natureza especificamente linguística (isto é, não partilhadas por nenhum outro sistema cognitivo particular ou geral), e cujo desenvolvimento e <>, em interação com o meio ambiente, determina uma gramática particular na mente de cada indivíduo adulto. (RAPOSO, 1992, p. 15) Nos dois excertos acima, é notória a insistência no caráter essencialmente natural, biológico da faculdade da linguagem. O papel do meio ambiente no desenvolvimento linguístico, embora não negado, é reduzido ao fornecimento de dados de entrada a serem gerenciados e organizados pela Gramática Universal inata. Como veremos adiante, a perspectiva funcionalista se opõe a essa interpretação reducionista do papel da experiência linguística. Outro ponto em que os dois autores insistem é o caráter mental da gramática. Evidencia-se, portanto, uma visão racionalista (mentalista) de língua: um sistema de conhecimentos linguísticos radicado em última instância na mente humana. Nessa acepção, língua (internalizada) é sinônimo de gramática, como definida acima, bem como de competência (cf. RAPOSO, 1992, p. 31). São dois os argumentos principais a favor da existência de uma Gramática Universal inata, nos termos da gramática gerativa. Um deles é o de somente seres humanos serem capazes de adquirir e usar uma língua natural da forma como fazem. Deve haver, por conseguinte, algo (biológico) de que os seres humanos sejam dotados e os outros animais não. Em um trecho, Raposo (1992, p. 26) resume claramente esse argumento: As línguas naturais (com as propriedades que os lingüistas e filósofos lhes têm reconhecido) são adquiridas e faladas espontaneamente apenas pelos membros da espécie humana, isto é, por organismos com um determinado tipo específico de estrutura e organização mental. Parece pois difícil escapar à conclusão de que as propriedades essenciais da linguagem são directamente determinadas por propriedades mentais dos seres que as falam, e que estudar a linguagem humana consiste em estudar determinadas propriedades da mente humana, radicadas em última instância na organização biológica da espécie. Raposo (1992, p. 26) comenta a insistência de Chomsky em afirmar que o pensamento científico e humanista tem uma “extrema dificuldade” em assumir que os produtos do pensamento humano radicam na sua estrutura biológica. Um outro argumento gerativista em favor de uma Gramática Universal inata é o argumento da pobreza de estímulos. Esse argumento assenta na consideração de que os dados linguísticos primários a que a criança é exposta durante a fase de aquisição são quantitativa e qualitativamente inferiores ao sistema de conhecimento final que constitui a competência linguística do adulto, de forma que seria impossível explicar o desenvolvimento das complexas propriedades dessa gramática final somente com base nos dados primários pobres a que a criança tem acesso: Em síntese, o falante adulto tem determinados conhecimentos sobre a sua língua para os quais não existe evidência (lingüística, psicológica, ou de qualquer outro tipo) que possam ser determinados directamente pelo meio ambiente lingüístico inicial durante o curso normal do processo de aquisição, com ou sem a aplicação de mecanismos de associação, generalização, etc. Estes conhecimentos têm pois de ser atribuídos à <> inata que guia e determina a aquisição e desenvolvimento da linguagem. (RAPOSO, 1992, p. 39) Como exemplo de conhecimentos linguísticos que fazem parte da gramática final do adulto e que não estariam nos dados primários, Raposo menciona as informações negativas: a criança, na fase de aquisição, tem acesso somente a informações sobre as expressões gramaticais, positivas, mas não a informações sobre expressões inaceitáveis, que, mesmo assim, farão parte de sua competência linguística. Tais informações negativas seriam de responsabilidade da gramática universal. É possível argumentar, entretanto, que o fato de a criança nunca ouvir uma expressão (informação negativa indireta) seria suficiente para que ela incorpore

determinados conhecimentos a sua gramática. Há um recurso gerativista, o princípio do subconjunto, pelo qual o papel das informações negativas indiretas é anulado. A noção de parâmetro e a explicação da variação e da mudança linguísticas. O mais recente modelo da gramática gerativa, a Teoria de Princípios e Parâmetros, possui um arcabouço que engloba uma maneira de explicar a variação e a mudança linguísticas. Nesse modelo, a gramática universal seria constituída de dois tipos de princípios. Há princípios rígidos, invariáveis, presentes em qualquer gramática final; e princípios abertos, os parâmetros, cujos valores seriam fixados com base nos dados a que a criança tem acesso durante a fase de aquisição. Seriam uma espécie de comutador linguístico, com dois valores possíveis. Com base nos dados fornecidos pelo meio, ocorreria a fixação do parâmetro em um desses dois valores. A noção de parâmetro é um importante recurso da teoria para se manter plausível na explicação da tensão entre a variação e o universal (cf. RAPOSO, p. 62). Em linhas gerais, a variação entre as línguas seria explicada por meio da fixação de certos parâmetros em valores diferentes. A mesma noção também serviria para explicar a mudança linguística: as crianças que adquirem determinada língua têm acesso a dados que permitem fixar um parâmetro (ou conjunto de parâmetros) com um valor, mas podem surgir dados que, a longo prazo, podem permitir a fixação do parâmetro (ou conjunto de parâmetros) no valor oposto, ocasionando a mudança linguística. Os parâmetros não seriam, porém, um reflexo direto de propriedades linguísticas concretas, de forma que cada parâmetro correspondesse biunivocamente a uma propriedade simples de um sistema linguístico. Não é qualquer diferença superficial entre línguas que justifica a postulação de um parâmetro na gramática universal. Na verdade, os parâmetros seriam propriedades abstratas da gramática universal e provavelmente em número muito reduzido que estaria longe de corresponder de forma biunívoca às propriedades simples dos sistemas linguísticos. A fixação de um parâmetro em um determinado valor determina um feixe complexo de propriedades concretas em vários pontos da gramática de uma língua. Dessa forma, quando se muda na escala de evolução um determinado parâmetro, diversas propriedades concretas da língua sofrem transformação. Seguindo o mesmo raciocínio, um feixe de diferenças superficiais entre sistemas linguísticos pode ser reduzido à fixação de um só ou de poucos parâmetros em valores opostos. Em suma, a partir do exposto sobre a perspectiva formalista gerativista, chegamos a uma visão dos universais linguísticos totalmente sedimentada em bases biológicas. Uma perspectiva racionalista de língua, entendida como um sistema de conhecimento mental que nos permite gerar as frases que utilizamos, está intimamente associada a essa visão dos universais linguísticos. Também relacionada a tal visão está a explicação de variação e de mudança linguística baseada na noção de parâmetro, os princípios flexíveis que constituem a gramática universal. Como salientamos acima, a teoria gerativista gira em torno dessa concepção de gramática universal e os esforços gerativistas ainda nos dias de hoje visam a sustentá-la. Os universais linguísticos na perspectiva funcionalista. Tipologia gramatical e os universais. Algo que já distingue o tratamento dos universais no funcionalismo é que estes não constituem, como no gerativismo, um objeto de investigação central. Os funcionalistas estão mais interessados em explicar a diversidade linguística. Entretanto, como aponta Dik (1989), uma gramática funcional precisa responder a três princípios de adequação explanatória: ao da adequação pragmática, segundo o qual as propriedades das expressões linguísticas devem ser apresentadas a partir de sua relação com as regras e princípios que regem a interação verbal; ao da adequação psicológica, segundo o qual deve haver o máximo de compatibilidade entre os modelos psicológicos da competência linguística e o comportamento linguístico; e ao da adequação tipológica, segundo o qual a teoria deve ser capaz de produzir gramáticas para qualquer tipo linguístico ao mesmo tempo em que deve explicar as semelhanças e diferenças entre as várias línguas. Em outras palavras, além das gramáticas particulares, uma gramática funcional também deve dar conta dos princípios universais subjacentes à variedade linguística. Contudo, a abordagem funcionalista dos universais assenta em base diversa da estritamente biológica do gerativismo. Para os funcionalistas, conforme Leech (1983), os universais seriam decorrentes do caráter universal das funções que a linguagem cumpre nas sociedades humanas. Os universais se identificariam com padrões comunicativos subjacentes ao uso da linguagem. Relativamente à aquisição e ao desenvolvimento da linguagem, Bates e MacWhinney (1987), opondo as posições formalista e funcionalista, afirmam que esta, em vez de destacar o papel de um componente inato autônomo, colocam as restrições funcionais como definidoras da forma gramatical, de maneira que a criança aprende uma língua resolvendo os problemas da comunicação e descobrindo tais restrições. Seriam as necessidades e competências comunicativas da criança que guiariam a aquisição da linguagem. Os dados do meio linguístico teriam aí um papel fundamental, não seriam pobres ou desorganizados, mas altamente estruturados cumprindo funções na interação. Para a perspectiva funcionalista dos universais, é de grande importância o trabalho de Greenberg (1966). Nele, a partir de um corpus de 30 línguas de grande diversidade, constituído com o fim de dar sustentação empírica a qualquer asserção sobre universalidade, o autor postula 45 generalizações a respeito da linguagem, a maior parte delas princípios universais implicacionais. De acordo com Hawkins (1983), esse trabalho de Greenberg, pioneiro nos estudos

de tipologia sintática, estabeleceu a importância dos universais na pesquisa tipológica. Keenan e Comrie (1977), tratando da relativização, propõem uma hierarquia de acessibilidade das funções gramaticais determinada funcionalmente por facilidade/dificuldade de processamento da linguagem, que também tem muito relevo nas discussões funcionalistas dos universais. Outras hierarquias também foram propostas para funções semânticas e discursivas, como a hierarquia de subjetividade proposta por Dik (1978) com base em papéis semânticos (agente>alvo>recipiente>benefactivo>instrumento>locativo>tempo) e a hierarquia das pessoas do discurso de Kuno (1975) (primeira>segunda>terceira). Essas hierarquias apontam universais não absolutos. Givón (1995, p. 17), afirma que “embora reconhecendo diversidade tipológica interlinguística, muitos funcionalistas permanecem comprometidos com a existência de universais linguísticos[...]”. O autor defende em relação aos universais, uma posição universalista empiricamente responsável, como a de Greenberg, a meio termo em relação ao anti-universalismo de Whorf e Bloomfield e ao universalismo de Chomsky. Como ele comenta (GIVÓN, 2001, p. 24), a aparente infinita diversidade interlinguística, serve de alicerce, respectivamente, àqueles dois posicionamentos extremos: por um lado favorece uma superestimação da variação, a ponto de ocasionar a desistência dos universais; por outro, propicia uma subestimação da diversidade, que a coloca como meros desvios superficiais de universais abstratos. Essa posição intermediária funcionalista preconiza, sobretudo, que os universais não são necessariamente absolutos; devem ser encarados, na verdade, como uma questão de grau ou tendência, uma vez que estariam relacionados a uma gama muito complexa de fatores, cognitivos, comunicativos e gramaticais, em interação e, muitas vezes, em concorrência. Os universais não seriam sempre características linguísticas abertamente observáveis: Quase sempre eles [os universais] são os fatores ou subsistemas que são a base de tais características abertas; ou os princípios sempre-conflitantes que governam a interação deles. E esses princípios de controle sempre se manifestam desenvolvidamente – na evolução, diacronia ou aquisição. Então, estruturas ou comportamentos sincrônicos meramente refletem o seu impacto cumulativo. (GIVÓN, 2001, p. 25) Dentro dessa perspectiva, a abordagem dos universais está associada à noção de tipologia linguística, que assenta na consideração de que a estrutura linguística deve ser explicada primeiramente a partir das funções que cumpre na interação. É o enfoque tipológico-funcional da gramática. O pressuposto fundamental desse enfoque é assim resumido por Givón (2001, p. 23): A alternativa ao enfoque estruturalista para tipologia gramatical é reconhecer explicitamente o que estava implícito na prática de tipologia gramatical desde sua inserção pelos grandes comparativistas do século XIX: que nas línguas humanas há sempre mais que um meio estrutural de atingir a mesma função comunicativa [grifo nosso]. E que tipologia gramatical é o estudo da diversidade de estruturas que pode executar o mesmo tipo de função. A variação linguística é explicada, sobretudo, a partir da noção de domínio funcional, “alguma área funcional geral tal como tempo/aspecto/modalidade, caso, referência, etc., do tipo que frequentemente torna-se gramaticizado” (HOPPER, 1991, p. 22). Um domínio funcional invariavelmente abriga diferentes formas de exercer uma mesma função linguística. Os procedimentos que devem ser adotados para o desenvolvimento dessa perspectiva de estudo da tipologia gramatical e dos universais linguísticos são os seguintes: a. Definir por um critério independente todos os domínios funcionais. b. Determinar então que estrutura em cada língua codifica cada domínio funcional. c. Agrupar aquelas estruturas em tipos e subtipos maiores. d. Descobrir princípios universais que restringem o alcance da variação estrutural dentro de cada domínio funcional. e. Tentar explicar aquelas restrições universais. (GIVÓN, 1995, p. 17) Os universais, portanto, seriam considerados como limitadores da variação linguística e seu estudo deveria ser precedido por uma definição dos domínios funcionais e da delimitação das estruturas dentro desses domínios nas diversas línguas. A partir dessas considerações, percebemos que uma língua, nessa perspectiva de explicação dos universais, nunca poderia se reduzir a um sistema de conhecimentos mental. A única visão de língua compatível com a perspectiva funcionalista dos universais é de língua como instrumento de interação social, determinado pela necessidade de comunicação dos indivíduos que a usam. Essa perspectiva de universais linguísticos e de tipologia gramatical está relacionada com uma visão particular de mudança linguística assentada na noção de gramaticalização, importantíssima, dentro do quadro de investigação funcionalista. A noção de gramaticalização Uma discussão introdutória à gramaticalização é a de Hopper (1991). O autor credits as bases da noção de gramaticalização, ampliada e explorada atualmente, a Meillet (apud HOPPER, 1991, p. 17), segundo quem é “a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra previamente autônoma”. Essa perspectiva de mudança histórica de Meillet estava além da preocupação dos neogramáticos, concentrados nas mudanças sonoras. Meillet estava interessado em explicar, em sentido amplo, a “história da gramática”, ou seja, os antecedentes históricos da estrutura de uma língua. A partir da noção de gramaticalização de Meillet, ampliada por estudiosos como Givón, Heine, dentre outros, pode ser questionado se a noção de gramática como estrutura estática de relações ainda se sustenta. Como consequência, entretanto, também será discutível se se podem delimitar princípios capazes de estabelecer o que realmente seja gramaticalização e de distingui-la

de outros tipos de mudança, já que uma noção prévia de gramática seria necessária para isto. Segundo Hopper é possível, de uma perspectiva intralinguística, estabelecer princípios para o reconhecimento da gramaticalização. Como ressalta, isto já havia sido tentado por Lehmann (1985), embora este tenha construído princípios não distintivos que caracterizavam aspectos da mudança de forma geral e que somente se aplicavam a casos em que a gramaticalização já fosse evidente. Hopper reconhece, de antemão, que seus princípios sofrem dos mesmos problemas dos de Lehmann, no sentido de serem não distintivos; ele espera, porém, que sirvam para identificar casos potenciais de gramaticalização ainda em estágios iniciais. O primeiro princípio é o da estratificação, segundo o qual em um domínio funcional, novas camadas estão continuamente emergindo, embora isso não implique em que as camadas mais velhas sejam descartadas. Na verdade, muitas vezes podem coexistir e interagir com as novas. O princípio da estratificação se refere ao fato de que, em uma língua, muito freqüentemente, há mais de um mecanismo disponível para exercer funções similares ou mesmo idênticas, como já vimos acima na proposta de tipologia gramatical de Givón. O segundo princípio é o da divergência que se refere ao fato de que, quando uma forma lexical se gramaticaliza, tornando-se, por exemplo, um auxiliar, um clítico ou um afixo, a forma original pode permanecer como um elemento lexical autônomo e sofrer as mesmas mudanças como qualquer outro item lexical. Esse princípio resulta em formas variadas que têm em comum a origem, mas que divergem funcionalmente. Pode ser considerado, na verdade, um caso especial de estratificação. O terceiro princípio é o da especialização que se refere ao estreitamento de escolhas que caracteriza uma construção gramatical emergente. Corresponde muito aproximadamente a “obrigatorificação” de Lehmann (1985), que é a perda de escolha que ocorre quando uma forma é totalmente gramaticalizada. Contudo, especialização retrata melhor o processo envolvido, já que, somente em estágios finais de gramaticalização, o uso de uma forma torna-se obrigatório. O quarto princípio é o da persistência que relaciona o significado e a função de uma forma gramatical com sua história como um morfema lexical. Durante certos estágios intermediários do processo de gramaticalização, pode-se esperar que a forma tenha diversos significados e que um ou mais de seus significados possa tornar-se dominante. O quinto e último princípio é o da descategorização. Entre as categorias gramaticais, há aquelas que podem ser consideradas plenas, relativamente a marcas morfológicas e sintáticas: o nome e o verbo. Durante o processo de gramaticalização, as formas tendem a perder ou a neutralizar tais marcas e a adquirir caracteres de categorias secundárias tais como o adjetivo, o particípio, a preposição etc. A contraparte funcional da descategorização é a perda da autonomia discursiva de uma forma. A noção de gramaticalização é central na perspectiva funcionalista de mudança linguística. É importante dentro do quadro de estudo da tipologia linguística já que é uma forma de explicar o surgimento de diferentes estruturas para exercer uma mesma função em um domínio funcional. Em suma, no paradigma funcionalista, os universais são tratados partindo-se da própria experiência linguística. Seriam padrões comunicativos subjacentes ao uso da linguagem. Em consonância com essa posição, os funcionalistas consideram que uma língua é um instrumento de interação social, determinado pela necessidade de comunicação dos indivíduos que a usam. É um sistema não-autônomo, que está constantemente em transformação para cumprir novas necessidades comunicativas. A explicação dos universais está intimamente relacionada com a perspectiva funcionalista de tipologia linguística: as línguas seriam organizadas em domínios funcionais, que abrigariam diversas estruturas linguísticas capazes de exercer, embora sob certas restrições, o mesmo tipo de função. A tipologia seria justamente o estudo dessas estruturas. A partir disso, os universais não podem ser considerados absolutos, e sim uma questão de grau ou tendência, como mostram as propostas de escalas hierárquicas. O primeiro passo para se chegar aos universais seria delimitar os domínios funcionais nas diversas línguas; depois, identificar as estruturas abrigadas em cada domínio e organizá-las em tipos e subtipos maiores; então, descobrir e explicar os princípios universais que restringem a variação em cada domínio. A variação linguística, portanto, é explicada com a noção de domínio funcional. Em cada língua, a partir de restrições cognitivas, estruturais e comunicativas, são usadas estruturas diversas para codificar os domínios funcionais. A mudança linguística seria explicada, sobretudo, com a ajuda da noção de gramaticalização. Podem ser atribuídas novas funções a um item lexical, que entrará em um domínio funcional e passará a interagir e concorrer com as outras estruturas daquele domínio, de forma que pode se tornar a estrutura dominante para codificá-lo.

CONCLUSÃO Nossos objetivos nesse artigo foram explicar as propostas de tratamento dos universais linguísticos dos paradigmas formalista e funcionalista, bem como as visões de língua, variação e mudança a elas associadas, com o fim de mostrar tais propostas como um importante pressuposto teórico caracterizador e diferenciador desses dois paradigmas. Em um primeiro momento, vimos que os universais linguísticos são explicados pelos formalistas (gerativistas) estritamente como uma propriedade biológica. Postulam uma Gramática Universal inata, exclusiva da espécie humana, que é responsável pelas características comuns às línguas e que gerencia o seu desenvolvimento nos indivíduos. Uma língua, nessa perspectiva, seria um conjunto de conhecimentos estabelecido na mente humana, um sistema

abstrato e autônomo, que nos permite produzir e compreender as expressões linguísticas. A variação e a mudança são explicadas a partir da noção de parâmetro, espécie de comutador linguístico, com duas opções a serem ligadas com base nos dados do meio. Os parâmetros, abstratos e organizados em uma rede complexa, dotam a Gramática Universal de certa flexibilidade permitindo conciliar teoricamente o universal com o particular. As línguas se diferenciariam uma da outra, no seu cerne, porque determinados parâmetros que em uma teriam um valor, em outra estariam ligados em posição oposta. A mudança linguística ocorreria porque novos dados provenientes do meio poderiam permitir, a longo prazo, a ligação de um parâmetro no valor oposto ao que estava estabelecido. Em um segundo momento, vimos que os universais são explicados pelos funcionalistas em termos da universalidade dos usos da linguagem humana. Entendem que os dados linguísticos do meio ambiente em que ocorre a interação são altamente estruturados, determinados pelas necessidades e habilidades comunicativas dos que os produzem, de modo que são tais dados altamente estruturados que dirigem a aquisição da linguagem. Também importante dentro da perspectiva funcionalista dos universais é a noção de tipologia linguística que a permeia. O estudo dos universais só seria possível se, em primeiro lugar, forem determinados os vários domínios funcionais em que se organizam as estruturas das línguas, para então se descobrir os princípios universais que restringem a variação entre elas nesses domínios. Os universais não teriam natureza absoluta, são vistos como uma questão de grau ou tendência. A noção de gramaticalização, processo pelo qual uma estrutura lexical ganha atribuições gramaticais no sistema linguístico, é fundamental para explicar a mudança linguística no quadro teórico do funcionalismo. Ressaltamos que em nenhum momento, a existência de propriedades biológicas na linguagem é negada. Percebemos, entretanto, que não teriam um papel central como na proposta gerativista, estando submetidas aos aspectos da interação social. Essas são, portanto, perspectivas de explicação que apontam para horizontes distintos. A forma de tratamento dos universais e a própria importância que se dá a eles no quadro teórico caracterizam e diferenciam formalismo e funcionalismo e estão interrelacionadas à visão mais ampla de linguagem que guia os esforços dos estudiosos alinhados a um desses paradigmas. Embora se possa assumir que há lugar no vasto campo de estudos da linguagem para ambos os enfoques, sem que um exclua o outro e em muitos aspectos sejam complementares, é necessário que se reconheçam e não se minimizem diferenças importantes. Esperamos, enfim, ter realçado algumas dessas diferenças e ter ajudado a perceber que, uma vez adotada uma perspectiva de análise, assumem-se pressupostos teóricos que podem se distanciar dos de outra perspectiva e é necessário não os perder de vista, sob o risco de incorrer em incoerências e comprometer as bases da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BATES, E; MACWHINNEY, B. A functionalist approach to the acquisition of Grammar. In: DIRVEN, R; FRIED, V. (Ed.). *Functionalism in linguistics*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1987, p. 209-263.

BERLINK, Roseane de Andrade; AUGUSTO, Marina R. A.; SCHER, Ana Paula. *Sintaxe*. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (Org.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001. v. 1, p. 207-244.

BORGES NETO, José. O empreendimento gerativista. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (Org.). *Introdução à Lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3, p. 93-129.

CHOMSKY, Noam. *Estruturas sintáticas*. Tradução de Madalena Cruz Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1980. _____. *Novos Horizontes no Estudo da Linguagem*. Tradução de Miriam Lemle. D.E.L.T.A, São Paulo, v. 13, n.50, p. 49-71, 1997.

COSTA, João; SILVA, Maria Cristina Figueiredo. Os anos 1990 na gramática gerativa. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (Org.). *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3, p. 131-164.

CROFT, William. *Typology and universals*. New York: Cambridge, 1990.

DIK, Simon. C. *Functional grammar*. Amsterdam: North Holland, 1978. _____. *The theory of functional grammar*. Dordrecht/Providence: Foris Publication, 1989.

DILLINGER, Mike. Forma e função na lingüística. D.E.L.T.A. São Paulo, v.7, n.1, p. 395-407, 1991.

GIVÓN, Talmy. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995. _____. *Syntax: an introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001. v.1.

GREENBERG, J.H. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: J.H. Greenberg (Ed.). *Universals of Language*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1966, p. 58-90.

HALLIDAY, M.A.K. *An introduction to functional grammar*. 3.ed. Baltimore: Edward Arnold, 2004.

HAWKINS, J.A. *Word order universals*. New York: Academic Press, 1983.

HOPPER, Paul. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E; HEINE B. (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1991. v.1, p. 17-35.

KEENAN, E.L.; COMRIE, B. Noun phrase accessibility and universal grammar. *Linguistic Inquiry*, n.8, p. 63-99, 1977.

KUNO, S. Three perspectives in the functional approach to syntax. *Papers from the parasession on Functionalism*. CLS, p. 276-336, 1975.

LEECH, G. *Principles of pragmatics*. London/New York: Longman, 1983.

LEHMANN, C. Grammaticalization: synchronic variation and diachronic change. *Lingua e Stile*, n.20, p. 303-318, 1985.

LEROY, Maurice. *As grandes correntes da lingüística moderna*. 5.ed. Tradução de Izidoro Blikstein; José Paulo Paes; Frederico Pessoa de Barros. São Paulo: Cultrix, 1982.

LIMA, Enny Marins de. *Teoria transformacional e ensino*

<http://sistemas.urca.br/URCA-Eventos/anais>

de línguas. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981. MONTAGUE, Richard. Formal philosophy: selected papers of Richard Montague. New Haven: Yale University Press, 1974. NASCIMENTO, M. Teoria gramatical e “mecanismos funcionais do uso da língua”. D.E.L.T.A, São Paulo, v.6, n.1, p. 83-98, 1990. NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática funcional. São Paulo: Martins Fontes, 1997. NOGUEIRA, Márcia Teixeira. Considerações sobre o Funcionalismo Lingüístico: principais vertentes. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da (Org.). X Seminário do grupo de estudos Discurso e Gramática - Linguística funcional: interface linguagem e ensino, 2006. Natal: EDUFNR, 2006, p. 23-40. OLIVEIRA, Roberta Pires de. Formalismo na linguística: uma reflexão crítica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (Org.). Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3, p. 219-250. PEZATTI, Erotilde Goreti. O Funcionalismo em linguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (Org.). Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3, p. 165-218. RAPOSO, Eduardo Paiva. Teoria da gramática: a faculdade da linguagem. 2.ed. Lisboa: Caminho, 1992. RUWET, Nicolas; CHOSMSKY, Noam. A gramática generativa. Tradução de Isabel Pascoal. Lisboa: Edições 70, 1979. VOTRE, S.; NARO, A. Mecanismos funcionais do uso da língua. D.E.L.T.A. São Paulo, v.5, n2, 1989, p. 169-184. WEEDWOOD, Barbara. História concisa da lingüística. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2002.

PALAVRAS-CHAVE: UNIVERSAIS LINGÜÍSTICOS, FORMALISMO, FUNCIONALISMO

ÁREA TEMÁTICA: LETRAS

FORMA DE APRESENTAÇÃO: ORAL